INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

MAIO/2014

Volume 26 • Número 05





Artigo

Uma análise do envelhecimento da população brasileira e da taxa de atividade entre os idosos* – 1992, 2002 e 2012

Nota técnica

Resultado do RGPS 2014



Ministro da Previdência Social Garibaldi Alves Filho

Secretário Executivo Carlos Eduardo Gabas

Secretário de Políticas de Previdência Social Benedito Adalberto Brunca

Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social Rogério Nagamine Costanzi

Diretor do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público Narlon Gutierre Nogueira

Diretor do Departamento dos Regimes de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional Marco Antônio Gomes Peréz

Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários Emanuel de Araújo Dantas

Corpo Técnico Carolina Fernandes dos Santos Carolina Verissimo Barbieri Edvaldo Duarte Barbosa

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência Social - MPS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários.

Diagramação: Assessoria de Comunicação Social/MPS.

Também disponível na internet no endereço: www.previdencia.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

ISSN da versão impressa 2318-5759

Correspondência 🔀

Ministério da Previdência Social • Secretaria de Políticas de Previdência Social Esplanada dos Ministérios bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF Tel. (0XX61) 2021-5011. Fax (0XX61) 2021-5408 E-mail: cgep@previdencia.gov.br



Uma análise do envelhecimento da população brasileira e da taxa de atividade entre os idosos¹- 1992, 2002 e 2012

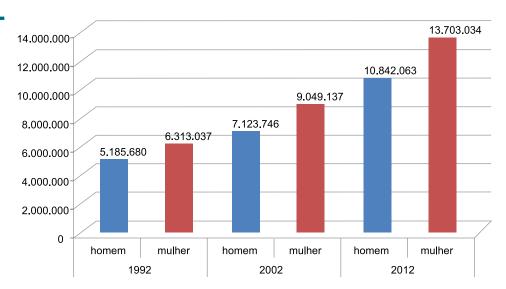
Tem sido cada vez mais perceptível a presença de idosos no mercado de trabalho brasileiro, o que tem relação direta com o forte aumento da população idosa do país, resultado do processo natural de envelhecimento sofrido por toda e qualquer sociedade, em maior ou menor intensidade. Para uma ideia mais clara da evolução dessa força de trabalho idosa, esse artigo faz uma comparação da População Economicamente Ativa Idosa (PEA idosa) com a população idosa para os anos de 1992, 2002 e 2012.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram que a população idosa, em 1992, era de aproximadamente 11,5 milhões, 16,2 milhões em 2002 e alcançou 24,5 milhões em 2012 (Gráfico 1). Essa evolução mostra um crescimento de mais de 113% em vinte anos. A população idosa feminina apresentou maior crescimento, de 117%, em comparação à população idosa masculina, que apresentou taxa de crescimento de 109%.

Gráfico 1

Evolução da população idosa brasileira, segundo gênero (1992, 2002 e 2012) (Em auantidade)

Fonte: PNADs 1992, 2002 e 2012. Elaboração: SPPS/MPS.



Relacionar a população idosa com outros segmentos da população, especialmente com a População Economicamente Ativa (PEA), permite uma análise mais detalhada da população idosa em relação ao mercado de trabalho. Observando a Tabela 1, destacam-se os resultados:

• A população total cresceu 18,7%, no período 1992-2002, e 11,4%, no período 2002-2012, ou seja, a população

^{1 -} As ideias e opiniões expressas nesta nota são de sua inteira responsabilidade dos seus autores e não refletem a posição de qualquer instituição à qual estejam vinculados.

cresceu, mas esse crescimento está abaixo do crescimento verificado para a população idosa que foi de 40,6% e 51,8%, respectivamente;

- Em relação à população economicamente ativa, verifica-se para a PEA total crescimento de 24,1%, no período 1992-2002, e 14,1%, no período 2002-2012, ou seja, a PEA total cresceu, mas esse crescimento se deu a uma taxa menor do que a verificada para a PEA idosa que nos períodos correspondentes cresceu 23,2% e 32,8%.
- A razão entre a PEA idosa e a população idosa, isto é, a taxa de atividade entre os idosos, diminuiu de 31,3%, em 2002, para 27,3%, em 2012, apesar do aumento absoluto da PEA idosa (de 5.056.399, em 2002, para 6.712.903, em 2012).

Tabela 1Relações entre as populações total e idosa e as PEAs total e idosa (1992, 2002 e 2012) (Em quantidade e em %)

	•			
PERÍODO	1992	2002	2012	
População total	146.003.471	173.253.666	193.077.832	
População idosa total	11.498.717	16.172.883	24.545.097	
População total economicamente ativa	69.969.210	86.834.881	99.079.798	
População idosa economicamente ativo	4.103.625	5.056.399	6.712.903	
aumento % da população total	-	18,7	11,4	
aumento % da população total economicamente ativa	-	24,1	14,1	
aumento % da população idosa	-	40,6	51,8	
aumento % da população idosa economicamente ativa	-	23,2	32,8	
% de idosos na população total	7,9	9,3	12,7	
% de idosos economicamente ativos na população idosa	35,7	31,3	27,3	
% de idosos economicamente ativos na população total	2,8	2,9	3,5	
% de idosos economicamente ativos na população total economicamente ativa	5,9	5,8	6,8	

Fonte: PNADs 1992, 2002 e 2012. Elaboração: SPPS/MPS.

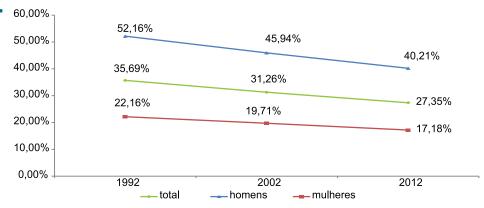
O Gráfico 2, a seguir, mostra, especificamente, a taxa de atividade entre os idosos por gênero. Em relação ao mercado de trabalho, de um modo geral, uma boa medida é a taxa de atividade que determina o peso da população economicamente ativa na população com 10 anos ou mais de idade². Em relação aos idosos, essa taxa faz uma relação entre o total da população idosa economicamente ativa e o total da população idosa, ou seja, PEA idosa dividido pela população idosa. Conforme apontado no Gráfico 2, para os anos de 1992, 2002 e 2012, observou-se que a taxa de atividade entre os idosos, em ambos os gêneros, declinou mais de 12% em vinte anos. Sendo essa queda menos acentuada na população feminina, de aproximadamente 4,98%, em comparação à taxa de atividade da população masculina, que apresentou decréscimo de 8,34% no mesmo período.

^{2 -} Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm#pea. Acessado em 03 de abril de 2014.

Gráfico 2

Brasil: Taxas de atividade entre os idosos por gênero (1992, 2002 e 2012) (Em %)

Fonte: PNADs 1992, 2002 e 2012. Elaboração: SPPS/MPS.



A retração da taxa de atividade entre os idosos tem relação direta com o cenário econômico e a formalidade no mercado de trabalho. Na primeira década (1992-2002), o país convivia com alto nível de informalidade e baixos salários, o que sem dúvida obrigava o trabalhador a permanecer mais tempo em atividade. Na segunda década (2002-2012), esse cenário se inverte, com possíveis efeitos sobre a retração da taxa de atividade entre os idosos. Além disso, como a taxa de atividade entre os idosos é representada por:

Conclui-se que é esperada a redução da taxa de atividade entre os idosos, já que o denominador aumentou bem mais que o numerador nas duas décadas em análise. Ou seja, apesar de a PEA idosa ter aumentado o aumento da população idosa total foi ainda maior, implicando redução da taxa de atividade entre os idosos.

A taxa de atividade, ao guardar relação com o mercado de trabalho e cenários econômicos, também guarda intrínseca relação com a previdência social, por motivos óbvios. O Gráfico 3 mostra as taxas de atividade dos idosos por gênero e o percentual de idosos que recebem aposentadoria ou pensão por gênero em 1992, 2002 e 2012. O decréscimo proporcional das taxas de atividade da população idosa feminina, de 22,16% para 17,18%, foi acompanhado pela expansão das taxas de proteção previdenciária³ de 64,75% para 75,30%, entre 1992 e 2012. Nos primeiros dez anos de análise, percebe-se forte crescimento da proteção social, principalmente entre as mulheres o que pode ser explicado pela ampliação da previdência social rural, incluindo o conceito de segurado especial. Já entre 2002-2012, a tendência observada para homens e mulheres é de estabilidade.

^{3 -} Nesse artigo, considera-se taxa de proteção previdenciária entre os idosos a percentagem de idosos aposentados ou pensionistas em relação à população total de idosos.

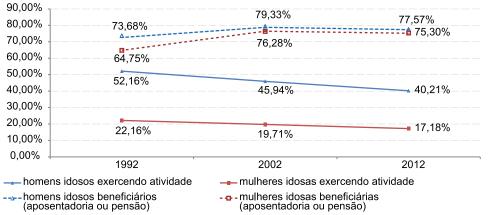


Gráfico 3

Brasil: Taxas de atividade entre os idosos e proporção de idosos aposentados ou pensionistas por gênero (1992, 2002 e 2012) (Em %)

Fonte: PNADs 1992, 2002 e 2012. Elaboração: SPPS/MPS.

As taxas específicas de atividade, que indicam a distribuição da população economicamente ativa por faixa etária, estão representadas nos anos de 1992, 2002 e 2012 nos Gráficos 4 (homens) e 5 (mulheres).

A partir do Gráfico 4, percebe-se que os homens ao longo dos 20 anos de análise passaram a ingressar no mercado de trabalho cada vez mais tarde. Enquanto em 1992, 73% dos homens de 15 a 19 anos estavam exercendo atividade, em 2002 essa taxa declina para 59%, e em 2012, para 50%. Esse processo pode estar relacionado ao aumento da qualificação do indivíduo (estudando mais para o mercado do trabalho). Na primeira faixa etária dos idosos, de 60 a 64 anos, as taxas de atividade foram 70%, 66% e 62%, respectivamente para os anos de 1992, 2002 e 2012.

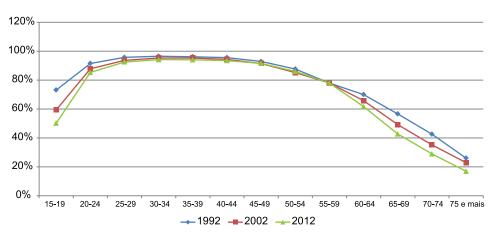


Gráfico 4

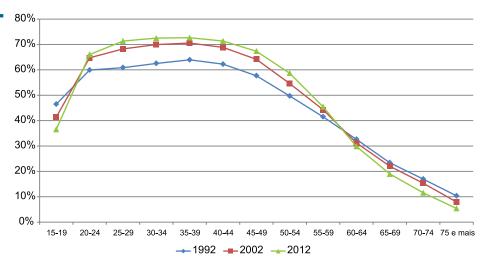
Brasil: Taxas Específicas de Atividade dos Homens (1992, 2002 e 2012) (Em %)

Fonte: PNADs 1992, 2002 e 2012. Elaboração: SPPS/MPS. As mulheres estão começando a exercer atividade cada vez mais tarde e a as taxas específicas de atividade das idosas é cada vez menor. De 15 a 19 anos, a proporção de idosas exercendo atividade foi de 46% (em 1992), 41% (em 2002) e 37% (em 2012). A partir dos 60 anos, as taxas de atividade sofrem retração com o passar dos anos. Outro ponto a ser ressaltado é que nas faixas etárias intermediárias (dos 20 aos 59 anos) as mulheres passaram a ter uma taxa de atividade maior em 2012 quando comparado aos demais anos.

Gráfico 5

Brasil: Taxas Atividade Específica das Mulheres (1992, 2002 e 2012) (Em %)

Fonte: PNADs 1992, 2002 e 2012. Elaboração: SPPS/MPS.



Na comparação das taxas de atividade específica entre homens e mulheres a partir dos 60 anos, a proporção de mulheres exercendo atividade é consideravelmente inferior à proporção de homens. Enquanto que mulheres de 60 a 64 anos, em 2012, apresentavam taxa específica de atividade de 30%, os homens, nessa mesma faixa, apresentavam taxa de 62%. Esse cenário pode ser explicado pelo afastamento da mulher decorrente dos afazeres domésticos e da maternidade.

Conclui-se que o forte aumento da população idosa brasileira, acompanhado por maior participação do idoso no mercado de trabalho, tem reduzido a taxa de atividade entre os idosos o que pode ser explicado pelos avanços sociais e econômicos pelos quais o país tem passado e pelo aumento da cobertura social (aposentadorias e pensões) entre os idosos.



Saldo Previdenciário e Arrecadação



NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO (INPC DE ABR/2014)

No mês (abril/2014)	R\$ 3,07 bilhões
Acumulado em 2014	R\$ 14,96 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 45,45 bilhões

Toda a análise feita nesta seção está baseada em valores deflacionados pelo INPC. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.

Resultado das Áreas Urbana e Rural



Em abril de 2014, a arrecadação líquida urbana, incluída a arrecadação Comprey, foi de R\$ 26,2 bilhões, crescimento de 6,2% (+R\$ 1,5 bilhão) em relação ao mês anterior e leve alteração positiva em comparação ao mesmo mês de 2013, e registrou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). A arrecadação líquida rural foi de R\$ 604,1 milhões, aumento de 8,1% (+R\$ 45,2 milhões) frente ao mês de março de 2014, e de 7,2% (+R\$ 40,6 milhões) quando comparado a abril de 2013, conforme se pode ver na Tabela 1.

Tabela 1

Evolução: Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2013 e 2014) – Resultado de Abril – em R\$ milhões de Abril/2014 – INPC

	ABR-13 MAR-14 (B)	ABR-14 (C)	VAR.% (C/B)	VAR.%	ACUMULADO (JAN A ABR)		VAR.%	
	(A)	(A) (B)		(6/6)	(0/A)	2013	2014	
1. Arrecadação Líquida (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	26.736,2	25.224,5	26.799,3	6,2	0,2	97.364,7	102.832,3	5,6
1.1 Arrecadação Líquida Urbana	24.148,2	23.654,7	23.971,4	1,3	(0,7)	93.375,0	95.502,0	2,3
1.2 Arrecadação Líquida Rural	563,5	558,9	604,1	8,1	7,2	1.964,4	2.104,6	7,1
1.3 Comprev	0,6	0,4	2,0	358,7	221,0	1,5	2,9	93,8
1.4 Compensação Desonareção da Folha de Pagamento	2.023,8	1.010,4	2.221,8	119,9	9,8	2.023,8	5.222,7	158,1
2. Despesa com Benefícios (2.1 + 2.2 + 2.3)	33.277,1	29.789,4	29.870,5	0,3	(10,2)	119.613,2	117.789,0	(1,5)
2.1 Benefícios Previdenciários	29.877,0	29.273,6	29.216,0	(0,2)	(2,2)	114.538,6	114.998,5	0,4
2.1.1 Urbano	22.746,7	22.624,7	22.617,5	(0,0)	(0,6)	88.434,1	89.276,0	1,0
2.1.2 Rural	7.130,3	6.648,9	6.598,5	(0,8)	(7,5)	26.104,5	25.722,4	(1,5)
2.2 Passivo Judicial	3.186,8	347,7	497,8	43,2	(84,4)	4.520,4	2.172,2	(51,9)
2.2.1 Urbano	2.426,2	268,7	385,4	43,4	(84,1)	3.456,4	1.678,2	(51,4)
2.2.2 Rural	760,5	79,0	112,4	42,4	(85,2)	1.064,1	494,0	(53,6)
2.3 Comprev	213,3	168,2	156,6	(6,8)	(26,6)	554,2	618,3	11,6
3. Resultado Previdenciário (1 - 2)	(6.540,9)	(4.564,9)	(3.071,2)	(32,7)	(53,0)	(22.248,5)	(14.956,8)	(32,8)
3.1 Urbano (1.1 + 1.3 + 1.4 - 2.1.1 - 2.2.1 - 2.3)	786,5	1.604,0	3.035,6	89,2	286,0	931,9	3.932,4	322,0
3.2 Rural (1.2 - 2.1.2 - 2.2.2)	(7.327,3)	(6.168,9)	(6.106,8)	(1,0)	(16,7)	(25.204,2)	(24.111,9)	(4,3)

Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/DATAPREV. Elaboração: SPPS/MPS

A despesa com pagamento de benefícios urbano, incluídas as despesas com sentenças judiciais urbanas e Comprey, foi de R\$ 23,2 bilhões, em abril de 2014, aumento de 0,4% (+R\$ 98,0 milhões) em relação a março de 2014 e queda de 8,8% (-R\$ 2,2 bilhões), entre abril de 2014 e o mês correspondente de 2013. A despesa rural, incluídas as sentenças judiciais rurais, foi de R\$ 6,7 bilhões em abril de 2014, queda de 0,3% (-R\$ 17,0 milhões), frente a março de 2014 e de 15,0% (-R\$ 1,2 bilhão), quando comparado ao mês correspondente de 2013. Essas reduções podem ser explicadas pelo pagamento de sentenças judiciais ocorridas no mês de abril de 2013, no valor total de R\$ 3,0 bilhões, sendo R\$ 2,3 bilhões para a clientela urbana e R\$ 718,7 milhões, para o meio rural.

Em abril de 2014, a clientela urbana registrou superávit de R\$ 3,0 bilhões, aumento de 286.0% (+R\$ 2.2 bilhões) frente ao mesmo mês de 2013. Já a clientela rural apresentou necessidade de financiamento de R\$ 6,1 bilhões, queda de 16,7% (-R\$ 1,2 bilhão), em relação a abril de 2013.

De janeiro a abril de 2014, a arrecadação líquida na área urbana, incluída a arrecadação Comprey, somou R\$ 100.7 bilhões, aumento de 5.6% (+R\$ 5.3 bilhões), e a rural R\$ 2.1 bilhões, crescimento de 7,1% (+R\$ 140,3 milhões). A despesa com benefícios previdenciários urbanos. incluída as despesas com sentencas judiciais urbanas e Comprey, totalizou R\$ 91.6 bilhões e R\$ 26.2 bilhões para a clientela rural, incluída as sentencas judiciais rurais. No acumulado de 2014, o meio urbano somou um superávit de R\$ 9,2 bilhões, aumento de 209,7% (+R\$ 6,2 bilhões), em relação ao mesmo período de 2013. Já no meio rural, a necessidade de financiamento foi de R\$ 24.1 bilhões, 4.3% (-R\$ 1.1 bilhão) menor que o valor registrado no mesmo período de 2013. Esse baixo valor de arrecadação, quando comparado ao pagamento de benefícios na área rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

.É importante destacar que a necessidade de financiamento extremamente alta no meio rural é consequência da importante política de inclusão previdenciária destinada aos trabalhadores rurais que vivem em regime de economia familiar.

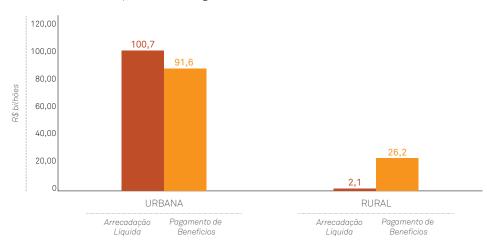


Gráfico 1

Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Resultado Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural - Acumulado até abril - R\$ bilhões de abril/2014 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa aiustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

RESULTADO EM CONJUNTO DAS ÁREAS URBANA E RURAL 15



A arrecadação líquida da Previdência Social, em abril de 2014, foi de R\$ 26,8 bilhões, aumento de 6,2% (+R\$ 1,6 bilhão), frente ao mês anterior e ligeiro crescimento de 0,2% (+63,1 milhões) quando comparado ao mesmo mês de 2013, e registrou na sua série histórica o seu maior valor (desconsiderados os meses de dezembro, nos quais há um incremento significativo de arrecadação em virtude do décimo terceiro salário). As despesas com benefícios previdenciários alcançaram o montante de R\$ 29,9 bilhões, queda de 10,2%, em relação ao mês correspondente de 2013 e aumento de 0.3% (+R\$ 81.0 milhões) em relação a marco de 2014, o que resultou na necessidade de financiamento de R\$ 3,1 bilhões, 32,7% (-R\$ 1,5 bilhão) menor que a necessidade de financiamento registrada em março de 2014, e redução de 53,0% (-R\$ 3,5 bilhões) em relação a abril de 2013, conforme se pode ver na Tabela 2.

Tabela 2

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário - abril/2013, março/2014, abril/2014 e acumulado de janeiro a abril (2013 e 2014) - Valores em R\$ milhões de abril/2014 - INPC

	ABR-13 (A)	MAR-14 (B)	ABR-14 (C)	VAR.%	VAR. %		ULADO A ABR)	VAR.
	(A)	(6)	(0)	(6/6)	(C/A)	2013	2014	70
. Arrecadação Líquida (1.1 1.2 + 1.3 + 1.4 + 1.5)	26.736,2	25.224,5	26.799,3	6,2	0,2	97.364,7	102.832,3	5,6
1.1. Receitas Correntes	26.097,4	25.777,7	26.483,8	2,7	1,5	102.544,7	106.703,6	4,1
Pessoa Física (1)	986,8	1.000,9	1.017,0	1,6	3,1	3.762,4	3.946,4	4,9
SIMPLES - Recolhimento em GPS (2)	1.134,0	1.170,6	1.194,4	2,0	5,3	4.522,6	4.820,3	6,6
SIMPLES - Repasse STN (3)	2.198,8	2.286,9	2.250,4	(1,6)	2,3	8.725,5	9.659,2	10,7
Empresas em Geral	15.475,5	14.727,4	15.035,3	2,1	(2,8)	62.333,8	61.381,9	(1,5)
Setores Desonerados - DARF	836,8	1.399,8	1.522,5	8,8	81,9	2.815,1	5.567,9	97,8
Entidades Filantrópicas (4)	186,0	201,3	211,4	5,0	13,6	755,2	833,2	10,3
Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS (5)	1.773,4	1.899,0	2.018,5	6,3	13,8	6.160,9	7.660,2	24,3
Órgãos do Poder Público - Retenção FPM/FPE (6)	657,0	508,5	548,9	8,0	(16,5)	2.593,1	2.229,5	(14,0)
Clubes de Futebol	15,2	13,7	14,4	5,1	(5,0)	49,0	48,5	(1,2)
Comercialização da Produção Rural (7)	396,8	370,0	444,7	20,2	12,1	1.239,8	1.381,8	11,5
Retenção (11%)	2.104,6	1.926,7	1.874,5	(2,7)	(10,9)	8.238,8	8.008,9	(2,8)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (8)	21,7	0,0	0,0	-	(100,0)	64,5	0,0	(100,0
Reclamatória Trabalhista	279,2	227,6	241,5	6,1	(13,5)	939,5	925,0	(1,5)
Outras Receitas	31,6	45,4	110,2	142,8	248,8	344,5	240,9	(30,1)
1.2. Recuperação de Créditos	1.214,0	1.272,4	886,1	(30,4)	(27,0)	5.127,2	4.150,0	(19,1)
Arrecadação / Comprev / Dec.6.900/09	0,6	0,4	2,0	358,7	221,0	1,5	2,9	93,8
Arrecadação / Lei 11.941/09	306,8	282,6	276,3	(2,2)	(9,9)	1.394,1	1.158,2	(16,9
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (9)	8,6	7,5	17,5	133,9	103,2	35,3	40,0	13,4
Depósitos Judiciais - Recolhimentos em GPS (10)	2,4	7,8	0,4	(95,4)	(85,2)	7,5	18,9	153,0

	ABR-13 (A)	MAR-14 (B)	ABR-14 (C)	VAR.% (C/B)	VAR. % (C/A)		ULADO A ABR)	VAR. %
	(A)	(6)	(0)	(С/Б)	(C/A)	2013	2014	70
Depósitos Judiciais - Repasse STN (11)	137,6	74,7	(26,1)	(135,0)	(119,0)	807,5	309,6	(61,7)
Débitos (12)	83,6	66,0	58,2	(11,9)	(30,5)	300,0	225,5	(24,8)
Parcelamentos Convencionais (13)	674,3	833,4	557,9	(33,1)	(17,3)	2.581,3	2.394,9	(7,2)
1.3. Restituições de Contribuições (14)	(17,8)	(16,4)	(30,0)	82,9	68,7	(68,6)	(92,8)	35,3
1.4. Transferências a Terceiros	(2.581,3)	(2.819,6)	(2.762,4)	(2,0)	7,0	(12.262,4)	(13.151,2)	7,2
1.5. Compensação da Desoneração - STN	2.023,8	1.010,4	2.221,8	119,9	9,8	2.023,8	5.222,7	158,1
2. Despesas com Benefícios Previdenciários	33.277,1	29.789,4	29.870,5	0,3	(10,2)	119.613,2	117.789,0	(1,5)
Pagos pelo INSS	30.090,3	29.441,7	29.372,6	(0,2)	(2,4)	115.092,8	115.616,8	0,5
Sentenças Judiciais - TRF (15)	3.186,8	347,7	497,8	43,2	(84,4)	4.520,4	2.172,2	(51,9)
3. Resultado Previdenciário (1 – 2)	(6.540,9)	(4.564,9)	(3.071,2)	(32,7)	(53,0)	(22.248,5)	(14.956,8)	(32,8)

Conforme citado anteriormente, essas reduções entre abril de 2014 e o mês correspondente de 2013 podem ser explicadas pelo pagamento de sentenças judiciais ocorridas no mês de abril de 2013, no valor total de R\$ 3,0 bilhões.

No acumulado de janeiro a abril de 2014, a arrecadação líquida e as despesas com benefícios previdenciários chegaram, respectivamente, a R\$ 102,8 bilhões e R\$ 117,8 bilhões, resultando na necessidade de financiamento de R\$ 15.0 bilhões. Comparando com o mesmo período de 2013, a arrecadação líquida cresceu 5.6% (+R\$ 5.5 bilhões). Já as despesas com benefícios previdenciários tiveram redução de 1,5% (-R\$ 1,8 bilhão) e a necessidade de financiamento de 32.8% (-R\$ 7.3 bilhões).

Dentre os fatores que explicam o incremento da arrecadação líquida no ano de 2014, os principais são: (i) o crescimento do mercado de trabalho formal; (ii) o empenho gerencial na expansão da arrecadação como um todo; e (iii) a elevação do teto do RGPS a partir de janeiro de 2014, fato que ampliou a base de contribuição e elevou as receitas correntes.

Entre os principais fatores que contribuíram para o crescimento da despesa com benefícios previdenciários, pode-se citar: (i) o reajuste concedido ao salário mínimo, em janeiro de 2014, que em abril determinou o valor recebido por 67,2% dos beneficiários da Previdência Social; (ii) o crescimento vegetativo, natural, do estoque de benefícios; e (iii) reajuste dos benefícios com valor superior a um salário mínimo, concedido em janeiro de 2014, com base no INPC do período de janeiro a dezembro de 2013.

Tabela 2 (continuação)

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário - abril/2013, marco/2014, abril/2014 e acumulado de janeiro a abril (2013 e 2014) - Valores em R\$ milhões de abril/2014 - INPC

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Para algumas rubricas de arrecadação: calculados percentuais de participação de cada rubrica na arrecadação, apurada por meio do sistema INFORMAR, e aplicados posteriormente à arrecadação bancária do fluxo de caixa do INSS (1) Contribuinte Individual, Empregado Doméstico, Segurado Especial e Facultativo. (2) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - relativo à contribuição do segurado empregado de empresas optantes pelo SIMPLES (3) Repasse, pela Secretaria do Tesouro Nacional, dos valores recolhidos relativos à cota patronal de empresas optantes pelo SIMPLES. (4) Recolhimento relativo à contribuição do segurado empregado de Entidades Filantrópicas das áreas de saúde, educação e assistência social, que têm isenção da cota patronal. (5) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - em relação aos servidores da administração direta, autarquias e fundações, da União, Estados e Municípios, vinculados ao RGPS (6) Valores retidos do Fundo de Participação dos Estados - FPE - ou do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para pagamento das contribuições correntes de estados e municípios. (7) Valores recolhidos por Produtores Rurais Pessoa Física é Jurídica, auando da comercialização de sua produção. (8) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS por meio do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES. (9) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas iurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS. (10) Recolhimento em Guia da Previdência Social - GPS - de parcelas de créditos previdenciários das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência. (11) Valor repassado pela Secretaria do Tesouro Nacional referente à parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98) (12) Déhitos quitados por meio de Guia da Previdência Social - GPS - ou recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos (13) Pagamento de parcelamentos não incluídos em programa específico de recuperação de crédito. (14) Inclui Ressarcimentos de Arrecadação. (15) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos

Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

Receitas Correntes e Mercado de Trabalho

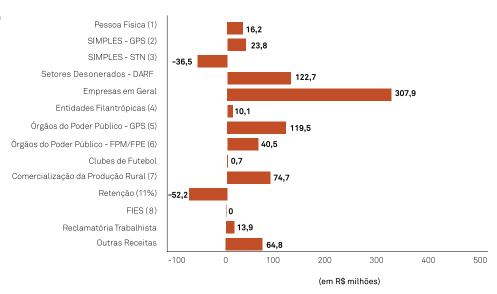


As receitas correntes foram de R\$ 26.5 bilhões, em abril de 2014, aumento de 2,7% (+R\$ 706,1 milhões), frente ao mês de marco de 2014, e de 1,5% (+R\$ 386,4 milhões), quando comparado a abril de 2013. Entre abril de 2014 e o mês anterior, cabe destacar as rubricas Empresas em Geral, com crescimento de 2,1% (+R\$ 307,9 milhões), Setores Desonerados, aumento de 8.8% (+R\$ 122.7 milhões) e SIMPLES – Recolhimento em GPS, que subju 2.0% (+R\$ 23,8 milhões). Com relação ao desempenho negativo, foram as rubricas SIMPLES -Repasse STN e Retenção (11%), que diminuíram, respectivamente, 1,6% (-R\$ 36,5 milhões) e 2,7% (-R\$ 52,2 milhões), conforme se pode ver no Gráfico 2.

Gráfico 2

Variação das Receitas Correntes (abril) de 2014 em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de Abril/2014 (INPC)

> Fonte: INSS (fluxo de caixa aiustado pelo sistema Informar) Élaboração: SPPS/MPS



No acumulado de janeiro a abril de 2014, as receitas correntes somaram R\$ 106.7 bilhões. 4,1% (+R\$ 4,2 bilhões) maior que o registrado no mesmo período de 2013. Cabe destacar as rubricas Setores Desonerados, com crescimento de 97,8% (+R\$ 2,8 bilhões), Órgãos do Poder Público - Recolhimento em GPS. com aumento de 24.3% (+R\$ 1.5 bilhão) e receitas das empresas optantes pelo SIMPLES, inclusive a contribuição dos empregados, com incremento de 9.3% (+R\$ 1.2 bilhão). Já a rubrica Empresas em Geral sofreu reducão de 1.5% (-R\$ 951.9 milhões), conforme se pode ver no Gráfico 3.

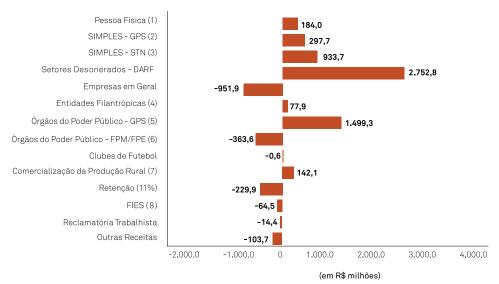


Gráfico 3

Variação das Receitas Correntes (janeiro a abril) de 2014 em relação a 2013 - Em R\$ milhões de abril/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

De acordo com a análise desenvolvida, é possível deduzir que, as receitas correntes guardam uma vinculação muito estreita com o mercado de trabalho. Esse fato pode ser percebido ao se analisar os principais indicadores do mercado de trabalho para o mês de março de 2014.

Mercado de Trabalho (Marco/2014)



Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, após sete meses consecutivos de crescimento mais favorável, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o nível de emprego em março apresentou uma expansão modesta de 0,03%, indicando a geração de 13.117 empregos formais. Esse resultado não confirmou a expectativa de um desempenho mais auspicioso do emprego no mês de marco em relação ao mesmo período do ano anterior, quando foram gerados 112.450 postos de trabalho, o que pode estar refletindo uma antecipação nas contratações ocorridas no mês de fevereiro, quando se verificou um incremento de 260.823 mil empregos, o segundo melhor saldo para o mês na série histórica. O saldo de março foi oriundo de 1.767.969 admissões, o quarto maior para o mês e, de 1.754.852 desligamentos, o terceiro maior resultado para o período. No acumulado do ano, foram gerados 344.984 postos de trabalho, correspondente ao crescimento de 0,85%, resultado superior ao ocorrido no mesmo período de 2013 (+306.068 postos) e, nos últimos 12 meses, verificouse a criação de 1.027.406 postos de trabalho, equivalentes à expansão de 2,57% no contingente de empregados celetistas do País. Em termos setoriais, os dados mostram

que quatro dos oito setores registraram expansão no contingente com carteira assinada, com destaque para os Serviços, (+37.453 postos), Indústria de Transformação (+5.484 postos) e Administração Pública (+3.482 postos). Por outro lado, os destaques negativos foram: Comércio (-26.251 postos ou -0,29%), Agricultura (-5.314 postos ou -0,34 %) e Construção Civil (-2.231 postos ou -0.07%). O emprego no conjunto das nove . Áreas Metropolitanas registrou relativa estabilidade em marco (0.00%, equivalente ao aumento de apenas 303 postos de trabalho). Este resultado foi oriundo da redução em seis das nove regiões metropolitanas. No Interior desses aglomerados urbanos, o emprego cresceu 0.19% (+27.551 postos de trabalho), resultado mais favorável que o registrado para o conjunto das Áreas Metropolitanas.

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego - PME apurada em março de 2014, o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade (consideradas em idade ativa), para o conjunto das seis regiões metropolitanas onde a pesquisa é investigada. foi estimado em 43,2 milhões. Esta estimativa ficou estável quando comparada com o mês de fevereiro. Frente a março de 2013 este contingente aumentou 1,4%. A população economicamente ativa (formada pelos contingentes de ocupados e desocupados) foi estimada em março de 2014, para o conjunto das seis regiões pesquisadas, em 24,1 milhões de pessoas. Este indicador não apresentou variação estatisticamente significativa tanto na comparação mensal (fevereiro de 2014) quanto na anual (março de 2013). O contingente de pessoas ocupadas em março de 2014, foi estimado em 22,9 milhões para o conjunto das seis regiões. indicando estabilidade em relação a fevereiro de 2014. Na comparação com março do ano passado esse contingente também não assinalou variação significativa. Regionalmente, a análise mensal mostrou que, essa população manteve-se estável em ambos os períodos analisados em todas as regiões. Na análise do contingente de ocupados por grupamentos de atividade,

para o conjunto das seis regiões, de fevereiro para marco de 2014, não foi observada variação significativa em nenhum dos grupamento de atividade. Em relação a março de 2013, o comportamento se repetiu. O nível da ocupação (proporção de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade ativa) foi estimado em marco de 2014 em 53.0% para o total das seis regiões investigadas, revelou estabilidade em relação ao mês anterior. No confronto com março de 2013 (53,8%), esse indicador reduziu 0.8 ponto percentual. Regionalmente, na comparação mensal, o cenário foi de estabilidade em todas as regiões. No confronto com marco do ano passado, duas regiões apresentaram redução: Recife (1,7 ponto percentual) e Belo Horizonte (1,2 ponto percentual) e as demais regiões mantiveram-se estáveis. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, no mês de marco de 2014, foi estimado em 11,7 milhões no conjunto das seis regiões pesquisadas. Este resultado não variou na análise mensal (em relação a fevereiro) e quando comparado com marco de 2013 registrou elevação de 2,0%. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores foi estimado, para o conjunto das seis regiões pesquisadas, no mês de marco de 2014, em R\$ 2.026.60. Este resultado foi considerado estável em relação ao mês anterior e 3,0% acima do registrado em marco de 2013 (R\$ 1.967,54). A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi estimada em 47.2 bilhões em março de 2014, caiu 0,7% em relação a fevereiro. Na comparação com marco do ano passado esta estimativa aumentou 4.0%.

Pela Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário - PIMES /IBGE, em marco de 2014, o total do pessoal ocupado assalariado na indústria mostrou variação positiva de 0,2% frente ao patamar do mês imediatamente anterior, na série livre de influências sazonais, após apontar taxa positiva de 0,1% em fevereiro último. Com esses resultados, o índice de média móvel trimestral repetiu no trimestre encerrado em março de 2014 (0,0%) o patamar assinalado no mês anterior e interrompeu a trajetória descendente iniciada em abril

do ano passado. Ainda na série com ajuste sazonal, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o emprego na indústria apontou retração de 0,3% no período janeiro-marco de 2014, quinta taxa negativa consecutiva neste tipo de confronto, mas com ritmo de queda menos intenso do que os observados no terceiro (-1,0%) e guarto (-0,6%) trimestres de 2013. Na comparação com igual mês do ano anterior, o emprego industrial mostrou queda de 1,9% em março de 2014, trigésimo resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto. No índice acumulado para o primeiro trimestre de 2014, o total do pessoal ocupado na indústria assinalou recuo de 2,0%, intensificando, assim, o ritmo de queda frente ao registrado no segundo (-0,5%), terceiro (-1,2%) e quarto (-1,8%) trimestres de 2013, todas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, ao recuar 1,4% em março de 2014, manteve a trajetória ligeiramente descendente iniciada em agosto do ano passado (-1,0%). Em março de 2014, o valor da folha de pagamento real dos trabalhadores da indústria ajustado sazonalmente recuou 2,1% frente ao mês imediatamente anterior, após assinalar avanço de 1,5% em fevereiro último. Vale destacar que nesse mês verifica-se a influência negativa tanto da indústria de transformação (-1,5%), como do setor extrativo (-1.5%). O índice de média móvel trimestral para o total da indústria assinalou variação negativa de 0.4% na passagem dos trimestres encerrados em fevereiro e março de 2014 e interrompeu a trajetória ascendente iniciada em outubro último. Ainda na série com ajuste sazonal, na comparação trimestre contra trimestre imediatamente anterior, o valor da folha de pagamento real da indústria apontou expansão de 0,5% no período janeiro-março de 2014 e assinalou o segundo trimestre seguido de crescimento, mas em ritmo menos intenso do que o observado no último trimestre do ano passado (1,3%). Na comparação com igual mês do ano anterior, o valor da folha de pagamento real assinalou crescimento de 0.5% em marco de 2014, terceiro resultado positivo consecutivo nesse tipo de confronto. No índice acumulado no primeiro trimestre de 2014, o valor da folha de pagamento real na indústria avançou 2,1% e reverteu a queda de 1,6% observada no último trimestre de 2013, ambas as comparações contra iguais períodos do ano anterior. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, ao crescer 1,4% em março de 2014, mostrou ligeira perda de ritmo frente aos resultados de janeiro (1,6%) e fevereiro (1,5%).

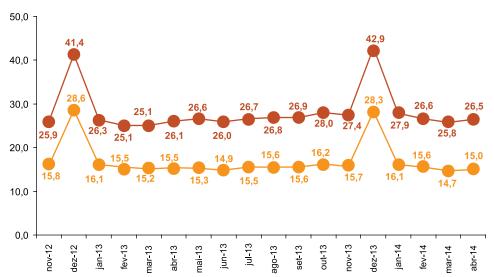
Os Indicadores Industriais da Confederação Nacional da Indústria - CNI, mostram que todos os indicadores, à exceção do emprego, tiveram retração em marco. A maior queda se deu no faturamento real: o indicador mensal dessazonalizado caiu 6,3%. Essa queda mais que reverte a alta observada em fevereiro, de 4,4%. Uma possível explicação para a diferença de desempenho entre fevereiro e março é o Carnaval, principalmente no caso do faturamento. Em 2014, o Carnaval aconteceu em marco, quando geralmente acontece em fevereiro. Dessa forma, o Carnaval influenciou positivamente o resultado das vendas em fevereiro e negativamente em março. Considerando a comparação do primeiro trimestre contra o mesmo período de 2013, o faturamento real mostra alta de 2,7%. Na mesma base de comparação, as horas trabalhadas na produção encontram-se praticamente estáveis: variação negativa de 0,1%. Os indicadores de emprego e rendimento mostram alta no trimestre. O emprego encontra-se 1,7% superior ao primeiro trimestre de 2013 e cresce pelo quarto mês consecutivo. O emprego dessazonalizado cresceu 0,3% em marco frente a fevereiro. Comparado ao mesmo mês do ano anterior, o emprego de marco é 1,9% superior. A massa salarial mostra alta de 5.5% e o rendimento médio real de 3,7%, na mesma base de comparação. O rendimento médio reverte parte das altas de janeiro e fevereiro. O rendimento médio real dessazonalizado caiu 0,6% em março. É a primeira queda no rendimento médio real desde julho do ano passado.

Nos últimos 18 meses, a arrecadação de Empresas em Geral vem apresentando uma tendência de aumento, conforme pode ser visto no Gráfico 4, fruto da recuperação do mercado de trabalho nesse período.



Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

Receitas Correntes



Receitas Oriundas de Medidas de Recuperação de Créditos

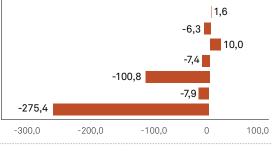
Em abril de 2014, as receitas provenientes de medidas de recuperação de créditos foram de R\$ 886,1 milhões, queda de 30,4% (-R\$ 386,3 milhões), em relação a março de 2014, e de 27,0% (-R\$ 327,90 milhões), frente a abril de 2013. Entre abril e março de 2014, as rubricas Arrecadação / Comprev / Dec. 6.900/09 e o Programa de Recuperação Fiscal – Refis apresentaram desempenho positivo de 358,7% (+R\$ 1,6 milhão) e 133,9% (+R\$ 10,0 milhões), respectivamente. Já as rubricas Parcelamento Convencionais e Depósitos Judiciais – Repasse STN tiveram redução de 33,1% (-R\$ 275,4 milhões) e 135% (-R\$ 100,8 milhões), respectivamente, conforme se pode observar no Gráfico 5.

Gráfico 5

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (abril/2014) em relação ao mês anterior - Em R\$ milhões de abril/2014 (INPC)

> Fonte: INSS (fluxo de caixa ajustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

Arrecadação / Comprev / Dec.nº 6.900/09
Arrecadação / Lei nº 11.941/09
REFIS (9)
Depósitos Judiciais - GPS (10)
Depósitos Judiciais - STN (11)
Débitos (12)
Parcelamentos Convencionais (13)



R\$ milhões

No acumulado de janeiro a abril de 2014, as receitas originadas de recuperação registraram o montante de R\$ 4,1 bilhões, queda de 19,1% (-R\$ 977,2 milhões) em relação ao mesmo período de 2013. A rubrica Depósitos Judiciais - Recolhimento em GPS apresentou desempenho positivo de 153.0% (+R\$ 11.4 milhões), entre o acumulado do primeiro trimestre 2014 e o período correspondente de 2013. Com relação ao desempenho negativo, nessa mesma comparação, destaca-se a rubrica Depósitos Judiciais - Repasse STN, com gueda de 61,7% (-R\$ 497,9 milhões), como pode ser visto no Gráfico 6.

Arrecadação / Comprey / Dec. nº 6.900/09 Arrecadação / Leinº 11.941/09 Refis (9) Depósitos Judiciais - GPS (10) Depósitos Judiciais - STN (11) Débitos (12) Parcelamentos Convencionais (13)

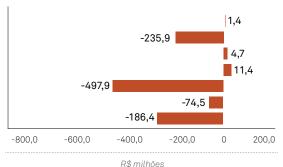


Gráfico 6

Variação das Receitas de Recuperação de Créditos (janeiro a abril) de 2014 em relação a 2013 - Em R\$ milhões de abril/2014 (INPC)

Fonte: INSS (fluxo de caixa aiustado pelo sistema Informar) Elaboração: SPPS/MPS

Benefícios Emitidos e Concedidos



Em abril de 2014, a quantidade de benefícios emitidos foi de 31,5 milhões, aumento de 3.6% (+1.1 milhão de benefícios) frente ao mesmo mês de 2013. Nessa mesma comparação, os Benefícios Assistenciais tiveram o maior percentual de aumento, de 4,3% (+174,4 mil benefícios), seguido dos Benefícios Previdenciários, que cresceu 3,6% (+907,4 mil benefícios) e os Benefícios Acidentários, com aumento de 1.5% (+12.6 mil benefícios). como o observado na Tabela 3.

	ABR-13 (A)	MAR-14 (B)	ABR-14 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
TOTAL	30.364.978	31.300.014	31.458.524	0,5	3,6
PREVIDENCIÁRIOS	25.457.036	26.227.570	26.364.418	0,5	3,6
Aposentadorias	16.904.326	17.466.383	17.528.316	0,4	3,7
Idade	8.902.059	9.232.531	9.267.824	0,4	4,1
Invalidez	3.080.384	3.133.152	3.139.985	0,2	1,9
Tempo de Contribuição	4.921.883	5.100.700	5.120.507	0,4	4,0
Pensão por morte	7.027.411	7.188.350	7.205.056	0,2	2,5
Auxílio-doença	1.352.317	1.399.236	1.445.982	3,3	6,9
Salário-maternidade	89.726	82.371	91.385	10,9	1,8
Outros	83.256	91.230	93.679	2,7	12,5
ACIDENTÁRIOS	841.542	848.076	854.178	0,7	1,5
Aposentadorias	183.850	190.773	191.532	0,4	4,2
Pensão por morte	121.743	120.067	119.923	(0,1)	(1,5)
Auxílio-doença	174.528	170.128	174.952	2,8	0,2

Tabela 3

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social , (abril/2013, março/2014) e abril/2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS

Tabela 3 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social (abril/2013, março/2014 e abril/2014)

> Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS

	ABR-13 (A)	MAR-14 (B)	ABR-14 (C)	VAR. % (C/B)	VAR. % (C/A)
Auxílio-acidente	297.161	306.006	306.921	0,3	3,3
Auxílio-suplementar	64.260	61.102	60.850	(0,4)	(5,3)
SSISTENCIAIS	4.041.779	4.200.515	4.216.152	0,4	4,3
Amparos Assistenciais - LOAS	3.823.136	4.004.444	4.021.827	0,4	5,2
Idoso	1.768.686	1.836.676	1.842.902	0,3	4,2
Portador de Deficiência	2.054.450	2.167.768	2.178.925	0,5	6,1
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	218.643	196.071	194.325	(0,9)	(11,1)
ldade	46.974	39.309	38.752	(1,4)	(17,5)
Invalidez	171.669	156.762	155.573	(8,0)	(9,4)
NCARGOS REVIDENCIÁRIOS A UNIÃO (EPU)	24.621	23.853	23.776	(0,3)	(3,4)

Entre abril de 2014 e o mês correspondente de 2013, cabe destaque às aposentadorias por tempo de contribuição, que cresceram 4,0% (+198,6 mil aposentadorias), as aposentadorias por idade, aumento de 4,1% (+365,8 mil aposentadorias), as pensões por morte, com elevação de 2,5% (+177,6 mil benefícios) e o auxílio-doença (previdenciário + acidentário), que subiu 6,2% (+94,1 mil benefícios).

Da quantidade média de 31,3 milhões de emissões verificadas no período de janeiro a abril de 2014, 57,8% (18,1 milhões) foram destinados a beneficiários da área urbana, 28,8% (9,0 milhões) a beneficiários da área rural e 13,4% (4,2 milhões) aos assistenciais (Gráfico 7). De 2006 a 2014, a quantidade de benefícios emitidos apresentou incremento de 29,6% no meio urbano, de 25,6% no meio rural e de 48,3% nos assistenciais.

Gráfico 7

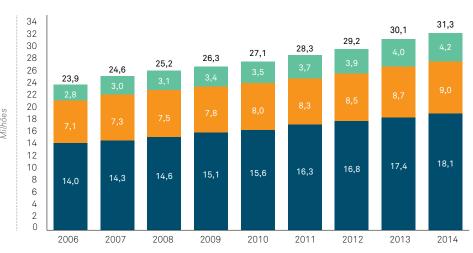
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social, segundo a clientela (2006 a 2014) -Em milhões de benefícios - Média de janeiro a abril

Legenda

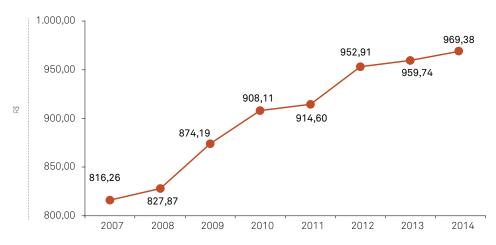




Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS; Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS



O valor médio dos benefícios emitidos foi de R\$ 969,38, média de janeiro a abril de 2014, elevação de 1,0% em relação ao mesmo período de 2013 e de 18,8% em relação à média de janeiro a abril de 2007. (Gráfico 8).



Em abril de 2014, foram concedidos 434,7 mil novos benefícios, crescimento de 6,5% (+26,3 mil benefícios) em relação ao mês anterior e queda de 11,1% (-54,1 mil benefícios), quando comparado com abril de 2013. Todos os grandes grupos de benefícios apresentaram elevação, entre abril de 2014 e o mês anterior. Os Benefícios Previdenciários subiram 6,4% (+23,0 mil benefícios), os Acidentários 3,0% (+771 benefícios) e os Assistenciais 10,0% (+2,6 mil benefícios), nessa mesma comparação, conforme pode ser visto na Tabela 4.

	ABR-13	MAR-14	ABR-14	VAR. %	VAR.%	ACUM A A		VAR. %
	(A)	(B)	(C)	(C/B)	(C/A)	2013	2014	
TOTAL	488.760	408.337	434.681	6,5	(11,1)	1.676.998	1.661.112	(0,9)
PREVIDENCIÁRIOS	423.182	356.560	379.539	6,4	(10,3)	1.456.218	1.448.227	(0,5)
Aposentadorias	108.631	88.273	94.194	6,7	(13,3)	370.523	362.453	(2,2)
Idade	60.676	49.442	52.202	5,6	(14,0)	207.132	202.302	(2,3)
Invalidez	18.309	14.700	15.969	8,6	(12,8)	62.938	61.749	(1,9)
Tempo de Contribuição	29.646	24.131	26.023	7,8	(12,2)	100.453	98.402	(2,0)
Pensão por morte	36.974	30.641	32.787	7,0	(11,3)	133.868	130.433	(2,6)
Auxílio-doença	214.613	186.370	196.071	5,2	(8,6)	739.066	745.705	0,9
Salário-maternidade	59.834	48.716	53.617	10,1	(10,4)	201.832	199.001	(1,4)
Outros	3.130	2.560	2.870	12,1	(8,3)	10.929	10.635	(2,7)

Gráfico 8

Valor Médio do Total dos Benefícios Emitidos (Média de janeiro a abril de cada ano) – 2007 a 2014 - em R\$ de mar/2014 (INPC)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS: Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS

Tabela 4

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (abril/2013, marco/2014 e abril/2014 e acumulado de janeiro a abril (2013 e 2014)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS: Boletim Estatístico da Previdência Social - REPS Elaboração: SPPS/MPS

Tabela 4 (continuação)

Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social (abril/2013, marco/2014 e abril/2014 e acumulado de janeiro a abril (2013 e 2014)

> Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS: Boletim Estatístico da Previdência Social - BEPS Elaboração: SPPS/MPS

	ABR-13	MAR-14	ABR-14	VAR.% (C/B)	VAR. % (C/A)		I.JAN. IBR	VAR. %
	(A)	(B)	(C)	(С/В)	(C/A)	2013	2014	
ACIDENTÁRIOS	32.380	25.772	26.543	3,0	(18,0)	111.722	103.658	(7,2)
Aposentadorias	1.099	896	928	3,6	(15,6)	3.746	3.647	(2,6)
Pensão por morte	62	36	25	(30,6)	(59,7)	164	132	(19,5)
Auxílio-doença	29.271	23.178	23.771	2,6	(18,8)	101.754	93.124	(8,5)
Auxílio-acidente	1.925	1.650	1.801	9,2	(6,4)	6.004	6.702	11,6
Auxílio-suplementar	23	12	18	50,0	(21,7)	54	53	(1,9)
ASSISTENCIAIS	33.151	25.950	28.538	10,0	(13,9)	108.769	109.004	0,2
Amparos Assistenciais - LOAS	33.151	25.950	28.538	10,0	(13,9)	108.769	109.004	0,2
Idoso	16.110	12.350	13.203	6,9	(18,0)	52.553	51.624	(1,8)
Portador de deficiência	17.041	13.600	15.335	12,8	(10,0)	56.216	57.380	2,1
Pensões mensais vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendas mensais vitalícias	-	-	-	-	-	-	-	-
Idade	-	-	-	-	-	-	-	-
Invalidez	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO (EPU)	47	55	61	10,9	29,8	289	223	(22,8)

No acumulado de janeiro a abril de 2014, a quantidade de benefícios concedidos foi de 1,7 milhão de benefícios, queda de 0,9% (-15,9 mil benefícios) em relação ao mesmo período de 2013. Os Benefícios Previdenciários e Acidentários apresentaram redução de 0,5% (-8,0 mil benefícios) e 7,2% (-8,1 mil benefícios), respectivamente. Já os Benefícios Assistenciais tiveram ligeiro aumento de 0,2% (+235 benefícios).

Cabe observar que a concessão mensal de benefícios está sujeita a uma série de particularidades como número de dias úteis, disponibilidade de perícia médica, etc., o que pode prejudicar a comparação e análise mensal dos dados. Já anualmente é possível estabelecer uma base de comparação mais estável.



Fluxo de Caixa

2014 (R\$ mil correntes)

Fonte: CGF/INSS. Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União. (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00). (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional. (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98). (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos. (6) Pagamento de precatórios de beneficios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS. (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS. (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV. PASEP e Diversos. (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC,

SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP. (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENO DE DECEITA E DECDECA	
ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
1. SALDO INICIAL	18.341.223
2. RECEBIMENTOS	28.238.117
2.1. ARRECADAÇÃO	28.346.562
- Arrecadação Bancária	23.882.173
- SIMPLES (1)	2.759.241
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	7.211
- Arrecadação /Comprev / Dec. 6.900/09	225
- Arrecadação / Lei 11.941/09	288.718
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)	-
- Arrecadação / DARF Setores Desonerados	1.273.541
- Depósitos Judiciais (4)	113.039
- Outros	33.181
- Restituições de Arrecadação	(10.766)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	(87.551)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	16.712
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)	(10.774.049)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	10.736.442
Arrecadação-SIMPLES/REFIS/PAES/LEI 11941/FIES	4.361.891
Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei 12546	968.360
- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin / COFINS - TRF)	1.816.705
- Concursos e Prognósticos	8.700
- Contribuição Social Sobre o Lucro	727.074
- COFINS	259.100

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES											
ACUM. 2014	DEZ	NOV	OUT	SET	AGO	JUL	JUN	MAI	ABR	MAR	FEV
18.341.223									4.549.338	4.296.937	4.205.815
150.311.697										40.758.075	
109.857.954										26.904.877	
93.136.964									23.295.041	22.850.196	
9.542.824									2.250.420	2.269.249	2.263.914
39.629									17.490	7.420	7.508
2.937									2.035	440	236
1.144.655									276.313	280.422	299.203
-									-	-	-
5.507.070									1.522.528	1.389.002	1.321.999
304.169									(26.139)	74.119	143.151
190.471									96.355	34.030	26.906
(91.913)									(30.038)	(16.297)	(34.812)
(427.131)									(170.308)	(104.355)	(64.916)
54.128									14.556	12.340	10.520
(883.674)									2.716.438	4.506.896	2.667.041
41.710.421									12.853.280		8.682.382
16.424.650	•								4.163.106	3.980.122	3.919.530
5.177.190	•								2.221.770	1.002.580	984.480
2.692.516	•								503.113	352.806	19.892
187.381									55.052	56.008	67.621
2.612.700									540.128	562.887	782.612

83.808

279.402

279.392

901.701

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.

> (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.

> (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Servicos de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

> (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE DESCRITA E DESDESA	
ITENS DE RECEITA E DESPESA	JAN
- COFINS/LOAS	1.320.346
- Outras Receitas Vinculadas	1.186.963
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib EPU	87.303
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-
- Contrib. Social sobre Lucro (incl. Contrib Social s/ Lucro - Contrapartida)	-
- Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-
3. PAGAMENTOS	-
3.1. PAGAMENTOS INSS	37.985.877
3.1.1. BENEFÍCIOS	33.306.631
- Total de Benefícios	32.172.001
- Devolução de Benefícios	32.406.804
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	(209.046)
3.1.1.1.1. Pagos pelo INSS	29.125.085
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)	27.844.156
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	1.280.929
3.1.1.2.1. EPU T.N.	3.046.916
3.1.1.2.2. LOAS	93.866
3.1.2. PESSOAL (7)	2.953.050
3.1.3. CUSTEIO (8)	811.115
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (9)	323.515
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)	4.679.245
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)	24.529.838
6. SALDO ARREC. LÍQ BENEF. (4 – 3.1.1)	(4.595.246)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)	(7.642.163)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)	(9.747.760)

432.192	132.481	115.590	96.818
-	-	-	-
-	-	-	-
132	61	60	12
-	-	-	=
145.581.065	36.723.349	36.479.588	
132.601.285	33.960.964	33.681.825	31.651.865
128.641.810	33.041.133	32.729.652	0.699.023
129.369.620	33.136.152	32.993.913	30.832.750
(613.656)	(66.071)	(234.595)	(103.945)
116.453.051	29.870.463	29.558.887	27.898.617
114.312.704	29.372.641	29.213.899	7.882.008
2.140.347	497.822	344.987	16.609
12.188.759	3.170.670	3.170.766	2.800.407
345.073	84.491	83.335	83.381
11.843.685	3.086.179	3.087.430	2.717.026
3.048.352	750.648	738.614	747.975
911.124	169.183	213.558	204.868
12.979.779	2.762.385	2.797.763	2.740.385
13.593.435	-	25.029.298	5.318.370
(119.621.506)	(3.071.200)	4.529.589)	.580.247)
150.311.697	(6.241.870)	(7.700.354)	.380.653)
168.652.921	6.124.659	4.278.487	.075.247

EM R\$ MIL - VALORES CORRENTES

JUL

AGO

SET

OUT

NOV

DEZ

ACUM. 2014

12.094.994 1.186.963

FEV

MAR

2.727.609 3.088.862 4.958.176

ABR

MAI

JUN

Fluxo de Caixa

abr/2014 (R\$ mil de abr/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS.

1 SALDO INICIAL

Elaboração: SPS/MPS Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional. (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União. (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00) (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional. (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº

- (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos. (6) Pagamento de precatórios de benefícios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS. (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
- (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Servicos de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP. (10) O saldo final acumulado refere-se ao

saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

	1. SALDO INICIAL
	2. RECEBIMENTOS
	2.1. ARRECADAÇÃO
••••	- Arrecadação Bancária
	- SIMPLES (1)
	- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)
	- Arrecadação /Comprev / Dec. nº 6.900/09
	- Arrecadação / Lei nº 11.941/09
	- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (3)
	- Arrecadação / DARF Setores Desonerados
	- Depósitos Judiciais (4)
	- Outras
	- Restituições de Arrecadação
	2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS
	2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS
	2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (5)
	2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
	Arrecadação-SIMPLES/REFIS/PAES/LEI Nº 11.941/FIES
	Arrecadação - DARF'S/Compensação Lei nº 12.546
	- Recursos Ordinários (incl. Recursos Ordin. / COFINS - TRF)
	- Concursos e Prognósticos
	- Operações de Crédito Externa
	- COFINS
	- COFINS/LOAS

VALORES EM MIL R\$ DE ABRIL/2014 - INPC								
ABR-13 I	MAR-14 II	ABR-14 III	VAR. III/II EM %	VAR. III/I EM %	ACUM. JAN. A ABR-13 - IV	ACUM. JAN. A ABR-14 - V	VAR. ACUM. V / IV EM %	
16.118.776	4.330.449	4.549.338	5,1	(71,8)	5.687.564	14.132.663	148,5	
44.069.162	42.005.330	44.975.614	7,1	2,1	154.093.418	156.724.249	1,7	
29.317.459	28.044.089	29.561.649	5,4	0,8	109.627.136	115.983.469	5,8	
23.839.787	23.028.409	23.295.041	1,2	(2,3)	94.031.050	94.225.354	0,2	
2.198.840	2.286.947	2.250.420	(1,6)	2,3	8.725.496	9.659.157	10,7	
8.608	7.478	17.490	133,9	103,2	35.262	39.970	13,4	
634	444	2.035	358,7	221,0	1.521	2.949	93,8	
306.834	282.609	276.313	(2,2)	(9,9)	1.394.109	1.158.164	(16,9)	
21.670	-	=	-	(100,0)	64.534	-	(100,0)	
836.795	1.399.835	1.522.528	8,8	81,9	2.815.119	5.567.880	97,8	
137.599	74.697	(26.139)	(135,0)	(119,0)	2.023.829	5.222.677	158,1	
14.153	34.295	96.355	181,0	580,8	807.519	309.598	(61,7)	
(17.804)	(16.424)	(30.038)	82,9	68,7	49.400	191.918	288,5	
(98.293)	(105.169)	(170.308)	61,9	73,3	(68.603)	(92.842)	35,3	
22.922	12.436	14.556	17,0	(36,5)	(151.615)	(430.963)	184,2	
2.098.011	4.542.046	2.716.438	(40,2)	29,5	56.717	54.771	(3,4)	
12.729.064	9.511.928	12.853.280	35,1	1,0	9.674.195	(1.048.822)	(110,8)	
3.365.229	4.011.164	4.163.106	3,8	23,7	34.886.985	42.165.794	20,9	
2.023.829	1.010.399	2.221.770	119,9	9,8	13.019.387	16.617.089	27,6	
3.173.601	355.557	503.113	41,5	(84,1)	2.023.829	5.222.677	158,1	
10.120	56.445	55.052	(2,5)	444,0	27.861	133	(99,5)	
-	-	-	-	-	4.496.482	2.736.585	(39,1)	
246.603	281.581	279.392	(0,8)	13,3	2.379.373	2.646.070	11,2	
3.372.177	3.112.953	4.958.176	59,3	47,0	462.410	436.619	(5,6)	

Fluxo de Caixa (continuação)

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

- (1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.
- (2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).
- (3) Contribuições das Universidades com utilização de recursos do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES, repassadas à Previdência por meio da Secretaria do Tesouro Nacional.
 - (4) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).
 - (5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.
 - (6) Pagamento de precatórios de beneficios e de requisições de pequeno valor resultantes de execuções judiciais. A Lei nº 10.524, de 25.07.2002, no seu Art. 28, determinou que as dotações orçamentárias para pagamento destes valores seriam descentralizadas aos Tribunais, não mais sendo pagas pelo INSS.
 - (7) Reúne pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.
 - (8) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Servicos de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.
- (9) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/FDEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.
 - (10) O saldo final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

ITENS DE RECEITA E DESPESA

- Outras Receitas Vinculadas
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib EPU
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros
- Contrib. Social sobre Lucro
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF
3. PAGAMENTOS
3.1. PAGAMENTOS INSS
3.1.1. BENEFÍCIOS
- Total de Benefícios
- Devolução de Benefícios
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS
3.1.1.1. Pagos pelo INSS
3.1.1.1.2. Sentenças Judiciais - TRF (6)
3.1.1.2. NÃO PREVIDENCIÁRIOS
3.1.1.2.1. EPU T.N.
3.1.1.2.2. LOAS
3.1.2. PESSOAL (7)
3.1.3. CUSTEIO (8)
3.2.TRANSF. A TERCEIROS (9)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 – 3.2)
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 – 3.1.1.1)
6. SALDO ARREC. LÍQ BENEF. (4 – 3.1.1)
7. SALDO OPERACIONAL (2 – 3)
8. SALDO FINAL (1 + 2 – 3) (10)

36.649.821	32.984.917	33.041.133	0,2	(9,8)	131.967.781	130.116.244	(1,4)
36.677.366	33.251.239	33.136.152	(0,3)	(9,7)	132.962.957	130.853.561	(1,6)
-	(236.425)	(66.071)	(72,1)	-	(878.842)	(621.873)	(29,2)
33.277.050	29.789.421	29.870.463	0,3	(10,2)	119.613.228	117.789.011	(1,5)
30.090.280	29.441.744	29.372.641	(0,2)	(2,4)	115.092.783	115.616.799	0,5
3.186.770	347.678	497.822	43,2	(84,4)	4.520.445	2.172.211	(51,9)
3.372.770	3.195.495	3.170.670	(0,8)	(6,0)	12.354.553	12.327.233	(0,2)
86.491	83.985	84.491	0,6	(2,3)	349.569	349.181	(0,1)
3.286.279	3.111.510	3.086.179	(0,8)	(6,1)	12.004.985	11.978.052	(0,2)
548.472	744.375	750.648	0,8	36,9	2.886.254	3.084.432	6,9
210.030	215.224	169.183	(21,4)	(19,4)	932.453	923.381	(1,0)
2.581.263	2.819.583	2.762.385	(2,0)	7,0	12.262.403	13.151.217	7,2
26.736.196	25.224.506	26.799.263	6,2	0,2	97.364.733	102.832.252	5,6
(6.540.854)	(4.564.916)	(3.071.200)	(32,7)	(53,0)	(22.248.495)	(14.956.759)	(32,8)
(9.913.625)	(7.760.411)	(6.241.870)	(19,6)	(37,0)	(34.603.048)	(27.283.992)	(21,2)
4.079.576	5.241.231	8.252.265	57,4	102,3	6.044.527	9.448.974	56,3
20.198.353	9.571.681	12.801.603	33,7	(36,6)	20.198.353	9.571.681	(52,6)

VALORES EM MIL R\$ DE ABRIL/2014 - INPC

VAR. III/I

EM %

(10,6)

38,7

80,8

(8,2)

(9,2)

ACUM. JAN.

A ABR-13 - IV

856.776

148.048.891

135.786.488

ACUM. JAN.

A ABR-14 - V

1.213.750

911.074

147.275.274

134.124.057

VAR. ACUM.

V/IVEM%

6,3

(0,5)

(1,2)

conclusão ■
Anexo 31

VAR. III/II

EM %

13,7

(4,8)

0,5

(0,1)

0,0

ABR-13

148.141

389.332

39.989.586

37.408.324

33

MAR-14

116.492

567.277

36.764.099

33.944.516

60

ABR-14

Ш

132.481

540.128

36.723.349

33.960.964

61

Tabela 3

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios

(R\$ milhões de abr/2014 - INPC)

Fonte: CGF/INSS: Elaboração: SPPS/MPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação

(2) Para o ano de 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários

> (3) A partir de 1999, considerase a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALD0
PERÍODO	(4)	(5)	0 (1 5)	(2) (3) (4) (5)	F (D(0)	F=
	(A)	(B)	C = (A - B)	(D)	E=(D/C)	(C - D)
VALOR	ES REFERENTES	S AO ACUMULADO	ATÉ O MÊS DE A	BRIL, A PREÇOS DE	ABR/2014	INPC
2004	51.050	4.250	46.801	61.498	131,4	(14.697)
2005	55.949	3.840	52.108	69.258	132,9	(17.149)
2006	60.966	5.162	55.804	75.205	134,8	(19.402)
2007	68.165	6.473	61.692	82.797	134,2	(21.105)
2008	76.475	8.297	68.178	86.050	126,2	(17.871)
2009	80.564	8.808	71.756	92.105	128,4	(20.350)
2010	88.010	9.458	78.552	100.564	128,0	(22.012)
2011	96.453	10.623	85.830	104.061	121,2	(18.232)
2012	105.642	11.613	94.029	111.400	118,5	(17.371)
2013	109.627	12.262	97.365	119.613	122,9	(22.248)
2014	115.983	13.151	102.832	117.789	114,5	(14.957)
abr/12	27.110	2.429	24.681	30.709	124,4	(6.028)
mai/12	27.089	2.481	24.608	27.510	111,8	(2.902)
jun/12	26.875	2.543	24.332	27.434	112,7	(3.101)
jul/12	27.467	2.509	24.958	27.849	111,6	(2.891)
ago/12	27.689	2.563	25.126	30.630	121,9	(5.504)
set/12	26.517	2.572	23.945	36.267	151,5	(12.322)
out/12	27.149	2.525	24.624	27.725	112,6	(3.101)
nov/12	27.181	2.584	24.597	30.486	123,9	(5.889)
dez/12	44.560	2.591	41.969	34.829	83,0	7.140
jan/13	27.466	4.421	23.046	29.693	128,8	(6.647)
fev/13	26.149	2.683	23.467	27.173	115,8	(3.706)
mar/13	26.694	2.578	24.116	29.470	122,2	(5.354)
abr/13	29.317	2.581	26.736	33.277	124,5	(6.541)

	ARRECADAÇÃO BRUTA (1)	TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	RELAÇÃO %	SALDO
PERÍODO	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5)	F (D(0)	F=
				(D)	E=(D/C)	(C - D)
mai/13	28.317	2.610	25.707	28.872	112,3	(3.165)
jun/13	28.016	2.694	25.322	28.665	113,2	(3.343)
jul/13	28.643	2.670	25.973	29.223	112,5	(3.250)
ago/13	28.889	2.734	26.155	32.182	123,0	(6.027)
set/13	28.953	2.718	26.236	38.568	147,0	(12.332)
out/13	29.265	2.752	26.512	29.339	110,7	(2.827)
nov/13	29.366	2.757	26.609	31.774	119,4	(5.165)
dez/13	45.658	2.703	42.954	37.343	86,9	5.612
jan/14	29.868	4.785	25.083	29.782	118,7	(4.699)
fev/14	28.509	2.784	25.725	28.347	110,2	(2.622)
mar/14	28.044	2.820	25.225	29.789	118,1	(4.565)
abr/14	29.562	2.762	26.799	29.870	111,5	(3.071)

Tabela 3 (continuação)

Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios (R\$ milhões de abr/2014 - INPC)

conclusão **■**

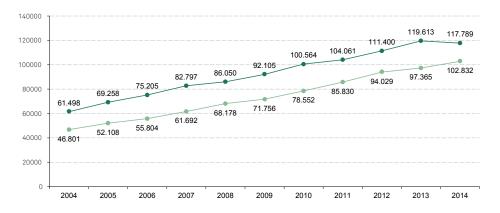


Gráfico 1

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios (acumulado até o mês de abril de cada ano, em R\$ milhões de abr/2014 - INPC)

Legenda

- Arrecadação Liquída
- Benefícios Previdenciários